

Câmara de BH tem iniciativas em defesa dos direitos da população LGBT

Assunto:

CONTRA A HOMOFOBIA



Projetos de lei, audiência e visita técnica vão ao encontro de programa lançado pela PBH - Imagem: Site Bragança Paulista

Com o objetivo de resguardar direitos ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), os vereadores de Belo Horizonte apresentam projetos de lei e realizam audiência pública e visita técnica na tentativa de coibir qualquer tipo de discriminação e violência contra o segmento. Na mesma linha, o Executivo lançou no último dia 29 o Programa BH sem Homofobia. No levantamento da Ouvidoria Nacional e do Disque Direitos Humanos, Minas Gerais ocupa a segunda posição no ranking dos estados com maior número de denúncias de violência contra a população LGBT.

Pelo projeto 1199/14, de autoria de Pedro Patrus (PT), todos os órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta incluirão e usarão o nome social de travestis e transexuais em todos os registros municipais relativos aos serviços públicos sob responsabilidade da Prefeitura, como fichas de cadastro, formulários, prontuários, registros escolares e outros documentos. Além disso, as instituições privadas de ensino, saúde, assim como os estabelecimentos de serviços como lazer, cultura e outros, incluirão e utilizarão o nome social desses cidadãos em todos os seus registros. De acordo com o PL, o nome social é aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem em razão de sua identidade de gênero.

Voltado especificamente aos servidores públicos, o PL 78/13, proposto por Leonardo Mattos (PV), assegura a eles o direito à escolha de tratamento nominal pelo nome social nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da administração direta e indireta da Prefeitura. Esse direito abrange cadastro de dados, informações e comunicações internas de uso social; endereço de correio eletrônico; identificação funcional (crachá); lista de ramais do órgão; e nome de usuário em sistemas de informática.

Audiência

Em outubro de 2013, foi realizada audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, reunindo movimentos sociais, associações e grupos de pesquisa, apoio e defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero. Eles repudiaram os abusos, agressões, extorsões e assassinatos motivados pelo preconceito contra homossexuais, travestis e transexuais em Belo Horizonte. Foi denunciada a violência e negligência policial e das demais instituições públicas, e cobradas ações efetivas em defesa dessas pessoas.

Também foram relatadas diferentes formas de homofobia e intolerância vividas cotidianamente por travestis e transexuais, como indisponibilidade de vagas de emprego, rejeição para aluguel de imóveis e recusa de hospedagem em hotéis, apesar da vigência da Lei Estadual nº 14.170, de 2002, que determina a imposição de sanções a pessoas jurídicas por ato discriminatório praticado contra pessoa em virtude de sua orientação sexual. Militantes alertaram para o descaso do Estado com essa população que, muitas vezes, precisa morar na rua, por falta de acolhimento familiar, social e serviços públicos.

Visita técnica

Um dos desdobramentos da audiência foi a visita técnica ao 34º Batalhão da Polícia Militar, em maio de 2014, em que representantes das travestis que vivem e trabalham no entorno da Avenida Dom Pedro II denunciaram a violência sofrida e a negligência policial, cobrando ações. Moradores da região também expuseram a falta de segurança, os constantes assaltos e as agressões contra as travestis. À época, a presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos), travesti e moradora da região, Anyky Lima, denunciou diferentes formas de violência, entre apedrejamentos, assaltos, espancamentos e homicídios, e destacou o descaso policial com as agressões sofridas pelas travestis nas ruas.

Durante a visita, a Polícia Militar reconheceu a existência de policiais despreparados e garantiu abertura para realização de cursos de capacitação e sensibilização na Academia de Polícia, mas destacou a complexidade do tema e cobrou uma abordagem multidisciplinar a ser feita pelo Executivo para elaboração de políticas públicas. A corporação pediu à Prefeitura e ao Governo Estadual políticas públicas para regulação do trabalho das profissionais do sexo e campanhas de conscientização que minimizem o preconceito e a violência. Foi encaminhada a criação de um fórum permanente, com reuniões mensais entre representantes das travestis, movimentos sociais, vereadores, membros do Executivo, polícias militar e civil e Ministério Público para debater o tema e acompanhar mudanças e soluções.

Dados

Dados da Ouvidoria Nacional e do Disque Direitos Humanos (Disque 100) mostram que entre 2011 e 2014 foram registradas mais de 7.600 denúncias de violação contra a população LGBT. No ano passado, 232 casos foram contra travestis e transexuais. Os estados com maior número de registros foram São Paulo (53 denúncias), Minas Gerais (26) e Piauí (20). A discriminação foi a causa de 85% das denúncias e a violência psicológica esteve presente em 77% dos registros.

Segundo o banco de dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2013, houve 313 assassinatos de LGBT no Brasil. Uma média de um homicídio a cada 28 horas.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 3 Fevereiro, 2015 - 00:00
